



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU ESTADO DE MINAS GERAIS

TERMO DE CONTRATO

CONTRATO N.º 005/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 005/2024

DISPENSA ELETRÔNICA N.º 004/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 005/2024 QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU, POR INTERMÉDIO DO PRESIDENTE SR. SILVÂNIO MOISÉS NUNES E A EMPRESA COMERCIAL ANDRADE E SOUZA LTDA-ME.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU, com sede a Rua Arthur Arão Corrêa, n.º 85, na cidade de São João do Manhuaçu, Estado Minas Gerais, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º 66.233.008/0001-06, neste ato representado(a) pelo(a) Presidente da Câmara Sr. Silvanio Moisés Nunes, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) empresa e o(a) COMERCIAL ANDRADE E SOUZA LTDA-ME, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º 17.427.163/0001-18, sediado(a) na Av. Jacob Dornelas neto, 520 – Cetro – São João do Manhuaçu/MG, CEP: 36.918-000, doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por Jander Ferreira de Andrade, empresário, *conforme atos constitutivos da empresa*, tendo em vista o que consta no Processo n.º 005/2024, e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 75, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da *Dispensa de Licitação n. 004/2024*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa para fornecimento de material de expediente para a Câmara Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
01	AGENDA ESPIRAL OU COSTURADA DIÁRIA	UNIDADE	15	Foroni	R\$33,50	R\$502,50
02	ALFINETE CABEÇA COLORIDA CAIXA COM 80 UNIDADES	CAIXA	10	Iara	R\$ 7,30	R\$ 73,00
03	ALMOFADA PRETA PARA CARIMBO N.º 3	UNIDADE	5	Radex	R\$ 7,50	R\$ 37,50





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU ESTADO DE MINAS GERAIS

04	APONTADOR PARA LÁPIS CAIXA COM 12 UNIDADES, TAMANHO GRANDE COM DEPOSITO. Descrição: Apontador de lápiz com depósito, lâmina em aço carbono temperado de alta resistência.	CAIXA	2	Cis	R\$ 14,70	R\$ 29,40
05	BASTÃO COLA QUENTE – FINA Descrição: Pacote com 1KG.	PACOTE	1	rendicola	R\$ 45,50	R\$ 45,50
06	BASTÃO COLA QUENTE – GROSSA. Descrição: Bastão cola quente grosso em bastão transparente: aplicação pistola, composição silicone, espessura 11,2mm x 30 cm. Pacote com 1 KG.	PACOTE	1	rendicola	R\$ 45,50	R\$45,50
07	BLOCO DE RECADOS ANOTE E COLE (RECADOS AUTO-ADESIVOS) Bloco de recados adesivos, 100 folhas, cor amarela, com dimensões aproximadas de 76 mm x 102 mm	UNIDADE	10	SD	R\$ 4,50	R\$ 45,00
08	BORRACHA Nº40 Descrição: caixa com 40 unidades	CAIXA	2	mercur	R\$ 14,00	R\$ 28,00
09	CADERNO CAPA DURA 96 FOLHAS. Descrição: Caderno capa dura com pauta 96 folhas.	UNIDADE	10	jandaia	R\$ 8,20	R\$ 82,00
10	CAIXA ARQUIVO - Caixa para Arquivo morto, confeccionada em material plástico polionda, dimensões mínimas de 135x250x360mm, cores diversas, modelo desmontável; 400g/m2; com impressão em 02 lados, fechamento duplo reforçado, sem visor.	UNIDADE	50	SD	R\$ 8,50	R\$ 425,00
11	CALCULADORA DE MESA DOZE DIGITOS Descrição: Calculadora de Mesa, visor LCD, 12 (doze) dígitos, dupla fonte de energia.	UNIDADE	10	jocar	R\$ 25,50	R\$ 255,00
12	CANETA CORRETIVA 8.0ML CX C/12.	CAIXA	3	CIS	R\$ 44,00	R\$ 132,00



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU ESTADO DE MINAS GERAIS

	Descrição: CANETA CORRETIVA COM 0,8 MM DE CORRETIVO A BASE DE SOLVENTE, SECAGEM RAPIDA CAIXA COM 12 UNIDADES 1º LINHA					
13	CANETA ESFEROGR. 0.7 VERMELHA, escrita fina, esfera de tungstênio: 0,8 mm, tampa e tampinha na cor da tinta, tampa antiasfixiante caixa com 50 unidades. Referência: Faber Castel, Bic ou similar em qualidade.	CAIXA	4	compactor	R\$ 55,00	R\$ 220,00
14	CANETA ESFEROGRAF. 0.7 – AZUL, escrita fina, esfera de tungstênio: 0,8 mm, tampa e tampinha na cor da tinta, tampa antiasfixiante caixa com 50 unidades. Referência: Faber Castel, Bic ou similar em qualidade.	CAIXA	6	compactor	R\$ 44,20	R\$ 265,20
15	CANETA ESFEROGRAFICA 0.7- PRETA escrita fina, esfera de tungstênio: 0,8 mm, tampa e tampinha na cor da tinta, tampa antiasfixiante caixa com 50 unidades. Referência: Faber Castel, Bic ou similar em qualidade.	CAIXA	6	compactor	R\$ 57,00	R\$ 342,00
16	CANETA MARCA TEXTO COM 12 - amarela, ponta indeformável, tinta fluorescente a base de água gravada no corpo a marca do fabricante. Referência: Faber Castel, Bic ou similar em qualidade.	CX	3	Cis	R\$ 17,00	R\$ 51,00
17	CANETA PERMANENTE - PONTA FINA CORES VARIADAS	UNIDADE	5	Jocar	R\$ 5,50	R\$ 27,50
18	CLIPS 2/0 AÇO GALVANIZADO, DE BOA QUALIDADE, RESISTENTE, CAIXA CONTENDO 100 UNIDADES.	CAIXA	10	lara	R\$ 4,00	R\$ 40,00
19	CLIPS 6/0 Clips galvanizado resistente a oxidação, sem deformações e rebarbas, flexível e resistente, com alta durabilidade. Caixa com 50 unidades.	CAIXA	20	lara	R\$ 5,00	R\$ 100,00



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU ESTADO DE MINAS GERAIS

20	CLIPS 8/0 Clips galvanizado resistente a oxidação, sem deformações e rebarbas, flexível e resistente, com alta durabilidade. Caixa com 25 unidades.	CAIXA	20	lara	R\$ 5,00	R\$ 100,00
21	COLA LÍQUIDA BRANCA , LAVÁVEL , NÃO TÓXICA . 90 GR.	UNIDADE	20	Hero	R\$ 2,00	R\$40,00
22	ENVELOPE PARDO (GRANDE) 26X36CM CX COM 100 UNIDADES	CAIXA	2	Foroni	R\$ 59,00	R\$ 118,00
23	ENVELOPE PARDO (tamanho papel ofício), confeccionado em papel de 80g/m. Caixa com 250 unidades.	CAIXA	3	Foroni	R\$ 105,00	R\$ 315,00
24	ENVELOPE PLASTICO TRANSPARENTE A4 4 FUROS FICO – PACOTE COM 100 UNIDADES.	PACOTE	2	Foroni	R\$ 24,00	R\$ 48,00
25	ESTILETE ESTREITO 9MM ESTILETE, ESTREITO, 9MM.	UNIDADE	10	Jocar	R\$ 1,40	R\$ 14,00
26	ESTILETE LARGO - Cabo plástico rígido, lâmina com espessura aproximada de 18 mm.	UNIDADE	5	Jocar	R\$ 2,90	R\$ 14,50
27	EXTRATOR DE GRAMPOS. EXTRATOR DE GRAMPO GALVANIZADO TIPO ESPÁTULA.	UNIDADE	20	SD	R\$ 2,40	R\$ 48,00
28	FITA ADESIVA LARGA TRANSPARENTE	UNIDADE	20	Adelbras	R\$ 3,40	R\$ 68,00
29	FITA CREPE ADESIVA - Fita adesiva: material: crepe, tipo: monoface, largura: 19 mm, comprimento: 50 m, cor: bege, aplicação: multiuso.	UNIDADE	15	Adelbras	R\$ 4,00	R\$ 60,00
30	FITA DUPLA FACE	UNIDADE	15	Adelbras	R\$ 7,90	R\$ 118,50
31	FITA DUREX- 12 CMX10M COLORIDA, ESTREITA, PEQUENA, TIPO MONOFACE, COM ALTA	UNIDADE	25	Adelbras	R\$0,88	R\$ 22,00



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU ESTADO DE MINAS GERAIS

	ADESÃO A QUALQUER SUPERFICIE LIMPA					
32	GRAMPEADOR 26 6 METALICO 30 FLS	UNIDADE	10	Cis	R\$ 37,50	R\$375,00
33	GRAMPO 26X6CAIXA COM 5.000	CAIXA	10	Cis	R\$ 4,00	R\$ 40,00
34	GRAMPO TRILHO METAL/CAIXA COM 50	CAIXA	10	Sd	R\$ 12,00	R\$ 120,00
35	LAPIS PRETO Nº 2 CAIXA COM 144 UNID.	CAIXA	3	HB	R\$ 46,00	R\$ 138,00
36	LIVRO ATA -100 FOLHAS	UNIDADE	2	SD	R\$ 18,50	R\$ 37,00
37	PAPEL A4 75 G - CAIXA COM 10 PACTS DE 500 FOLHAS.	CAIXA	20	Chamex	R\$ 288,00	R\$ 5.760,00
38	PASTA ABA ELASTICO TAMANHO OFICIO, LAMINADAS, EM POLIPROPILENO, CORES VIVAS E ATUAIS.	UNIDADE	5	Cis	R\$ 3,00	R\$ 15,00
39	PASTA CATALOGO C/ 100 PLASTICOS	UNIDADE	10	SD	R\$ 23,50	R\$ 235,00
40	PASTA DE PAPEL C/ ELASTICO	UNIDADE	10	SD	R\$ 2,70	R\$ 27,00
41	PASTA SANFONADA A4 COM ABA E ELASTICO, 12 DIVISÓRIAS	UNIDADE	5	SD	R\$ 32,00	R\$ 160,00
42	PASTA SUSPENSÃO KRAFT COMPLETA CX C/ 50 UNIDADES	CAIXA	4	SD	R\$ 175,00	R\$ 700,00
43	PERFURADOR 2 FUROS ATÉ 50 FLS	UNIDADE	2	Cis	R\$86,00	R\$ 172,00
44	PISTOLA DE COLA QUENTE - tamanho grande. Potencia 40 wats. Voltagen: bivolt (110 - 220 v)	UNIDADE	2	Cis	R\$ 24,00	R\$ 48,00
45	PORTA LÁPIS/ CLIPS/ LEMBRETE POLIESTIRENO	UNIDADE	10	Cis	R\$ 15,00	R\$ 150,00
46	REGUA 30 CM	UNIDADE	20	Cis	R\$ 1,00	R\$ 20,00
47	SUPORTE PARA FITA DUREX, DE PLÁSTICO RESISTENTE, QUE COMPORTE FITA DUREX GRANDE.	UNIDADE	5	Sd	R\$ 26,00	R\$130,00
48	TACHINHA TIPO PERCEVEJO EM AÇO PARA MURAL, NA COR DOURADA OU PRATA. CX C/ 50 UNIDADES	CAIXA	10	lara	R\$ 1,50	R\$ 15,00



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU ESTADO DE MINAS GERAIS

49	TECIDO PLASTICO ENCERADO, 1,4m de largura	METRO	15	PVC	R\$ 22,50	R\$337,50
50	TESOURA AÇO INOX 20 CM	UNIDADE	5	Cis	R\$ 13,50	R\$ 67,50
51	TESOURA ESCOLAR SEM PONTA 13 CM CX C/ 20 UNIDADES -	UNIDADE	1	Cis	R\$ 50,00	R\$ 50,00
VALOR TOTAL					R\$12.302,90	

1.1. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.1.2. O Aviso de Dispensa Eletrônica;
- 1.1.3. A Proposta do Contratado;
- 1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

O prazo de vigência da contratação é da data de assinatura do contrato, até 31/12/2024.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor total da contratação é de R\$ 12.302,90 (Doze mil trezentos e dois reais e noventa centavos).

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

5.2. FORMA DE PAGAMENTO





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU ESTADO DE MINAS GERAIS

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *INPC* de correção monetária.

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU ESTADO DE MINAS GERAIS

5.4.7. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice do INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU ESTADO DE MINAS GERAIS

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 03 (três) dias úteis para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.1.9. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU ESTADO DE MINAS GERAIS

- 8.1.1. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.2. comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, *junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento*, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 8.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 8.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

9.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU ESTADO DE MINAS GERAIS

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

10.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

10.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

10.2.4. **Multa:**

10.2.4.1. moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.2.4.2. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU ESTADO DE MINAS GERAIS

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU ESTADO DE MINAS GERAIS

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1. *O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

11.1.1. *O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

11.1.2. *A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.*

11.1.3. *Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.*

11.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.3.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

0101. 01031. 0001 2005 339030 - ficha 19

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU ESTADO DE MINAS GERAIS

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)

16.1. É eleito o Foro da Cidade de Manhuaçu para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

São João do Manhuaçu, 19 de junho de 2024.

SILVÂNIO MOISÉS NUNES
Representante legal da CONTRATANTE

COMERCIAL ANDRADE E SOUZA LTDA-ME
CNPJ nº 17.427.163/0001-18
Jander Ferreira de Andrade - Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-
2-





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3CC3-988E-BB90-3182

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ SILVANO MOISÉS NUNES (CPF 047.XXX.XXX-30) em 19/06/2024 14:10:39 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ JANDER FERREIRA DE ANDRADE (CPF 084.XXX.XXX-56) em 19/06/2024 16:21:41 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/3CC3-988E-BB90-3182>